

---

## HISTÓRIA POLÍTICA: TRAJETÓRIA E SIGNIFICADOS

Henrique Pereira Lima\*

**Resumo:** A História Política em sua trajetória, desde o século XIX, apresentou diferentes estruturas metodológicas e maneiras de tratamentos das fontes e objetos. A cada um destes momentos, cabe uma compreensão não apenas acerca do processo historiográfico, mas também da organização da sociedade a as formas pelas quais a política é exercida. Nesse sentido, a História Política é tomada a partir de uma distinção: a História Política Tradicional e a História Política Renovada, cujo exercício do poder é vinculado à história e aos papéis sociais.

**Palavras-chave:** História Política. Paradigma Historiográfico. Poder.

**Abstract:** The Political History in its path, since the nineteenth century, had different methodological structures and ways of treatment of the sources and objects. Each of these moments, it is an understanding not only about the historiographical process, but also the organization of society, the ways in which politics is conducted. In this sense, the political history is taken from a distinction: Traditional and Political History Political History Renewed, whose exercise of powers is bound history and social roles.

**Key Words:** Political History. Historiographical Paradigms. Power.

### Introdução

Tomando a produção da História Política dentro de um processo, sua trajetória apresenta dois momentos distintos entre si, no que tange a concepção do objeto e tratamento das fontes, bem como com relação ao próprio olhar do historiador. O primeiro destes momentos liga-se à sua gênese, ainda no século XIX, mas não se limitando a este. Tomado como o paradigma tradicional, a percepção da política por esta historiografia voltava-se aos fatos e as vidas dos homens considerados ilustres. De certo modo, promovia uma sacralização elitista que, ao voltar-se para os líderes, desconsiderava as massas e os segmentos sociais subalternizados. O líder e o fato, e a imediata repercussão de ambos junto à sociedade são tomados como elementos simbólicos desta metodologia, cuja crítica no século XX, não deixou de mencionar seu elitismo e a pouca profundidade de suas análises.

Preconizando a reformulação dos embasamentos teóricos da história política, as primeiras décadas do século XX, a partir da Escola dos Annales, na França, passou a crítica, em sua forma mais radical. No afã de promover, mesmo que simbolicamente o resgate da história das gerações passadas e presentes, que eram negligenciadas pela história tradicional, não se condenava somente aquele modelo, mas sim, o próprio objeto, ou seja, a política, tomada como símbolo perfeito das mazelas que atingiam o exercício historiográfico. Rémond (2003, p. 13, 14) pondera que esta condenação radical advém do fato de que “esses avanços se

---

\* Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Email: henriqueplima@yahoo.com.br. Recebido em: 20/05/2012. Aceito em: 27/05/2012.

operaram muitas vezes em detrimento de um outro ramo, como se todo avanço devesse ser pago com algum abandono, duradouro ou passageiro, e o espírito só pudesse progredir rejeitando a herança da geração anterior.”. Portanto, à História Política e à própria política, foram atribuídos os estigmas mais nefastos das velhas tradições. Era questionada, desse modo, a validade da História Política, enquanto era condenada a política, na história.

Partindo da produção historiográfica dos Annales, a fase de crítica e condenação da História Política Tradicional abre espaço para a emergência de outros modelos historiográficos, voltados de certo modo à sociedade e à economia. A política dentro deste cenário era posto como o antagonista da sociedade, e a história política, seu algoz.

Contudo, a História Política Tradicional, ainda que amplamente condenada, não foi totalmente abandonada. A persistência desta temática seja dentro da história, ou junto às novas ciências que surgiram e que tinha na política um embasamento fundamental, amadureceram a compreensão intelectual da historiografia. Esse fenômeno trouxe uma nova perspectiva historiográfica para a História de cunho político, pois as temporalidades da sociedade e do historiador (temporalidade essa que dá os contornos do olhar do historiador) foram redimensionadas, e assim, também tomadas como elementos responsáveis pela forma como a História Política é construída. Nesse sentido, mais que condenar objetos, percebeu-se que se deveria condenar uma metodologia.

A exclusão da dimensão política da produção histórica passava desse modo, ou uma reflexão mais equilibrada, após um momento de flutuação das bases teóricas da História Política. Passando pelos períodos de sacralização e condenação absolutos, a História Política havia chegado a um novo momento, onde sua reabilitação, apoiada em outros fundamentos teóricos, lhe deu uma nova fundamentação, sentido e método.

### **1. Considerações Gerais**

A historiografia ao promover o registro dos movimentos da sociedade humana, possui sob sua guarda, ainda que de forma menos aparente do que as análises acerca da sociedade, as diretrizes da própria produção historiográfica. É com esse sentido que Rémond (2003, p. 13) expressa que “A HISTÓRIA, cujo objeto precípua é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela própria à mudança.”. (Grifo do autor). A história política assume função exemplificadora de tal processo, cuja movimentação de ideias, influências, sobreposições de diferentes arranjos de poder, afeta a sociedade, mas também as diretrizes do próprio exercício historiográfico. A

produção da história política enceta, através do cotejamento das diretrizes tradicionais e novas, o caráter convencional de suas percepções, que partindo de uma mentalidade hegemônica, privilegiou diferentes dimensões da organização social humana, desde as individuais, até as coletivas, em diferentes escalas.

Quando Barros (2004, p. 106, 107) enceta que “o que autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da História Política é naturalmente o enfoque no ‘poder’”, permite considerar as diferentes formas de exercício do poder, ao longo do tempo e, mais precisamente as diferentes formas pelas quais, esse poder fora tratado e convertido em conhecimento histórico. A História Política, desse modo, instala-se nas dimensões mais delicadas da sociedade humana, onde as relações de poder remetem à submissão e a imposição e que não raro, demonstra que o exercício do poder, sobretudo na forma mais tradicional da história política, se faz mais traumático à sociedade, quanto maior for o interesse político (ou historiográfico) em camuflá-lo.

O poder, elemento fundamental na constituição social humana, e seu exercício, apresentam diferentes formas de manifestação e prática. Mas usualmente, se refere à política. È desse fator que emerge a dupla importância da História Política. Em primeiro lugar, essa construção histórica evidencia uma das formas pelas quais a sociedade se organiza, e possuindo uma “consciência” que gere sua manifestação, é um dos vetores de leitura social. Em segundo lugar, a História Política é portadora da delicada missão: identificar, compreender e demonstrar as relações de poder, onde dominantes e dominados interagem. O trabalho historiográfico ao se voltar ou para os dominantes, ou para os dominados, ou ainda para as relações entre os mesmos, oferece embasamento para a construção de imaginários sociais. Para Sansón (2006, p. 12) estes imaginários “[...] podem ser criados e manipulados especialmente [o imaginário] do poder pois seu controle constitui uma estratégia fundamental, potencializadora e autolegitimadora”<sup>1</sup>, de maneira que, a produção historiográfica, que exerce importante papel na construção dos imaginários sociais, pode levar à consciência coletiva, a ruptura, ou a permanência.

Quando Julliard (1976, p. 181) aponta que “a história política confunde-se com a visão ingênua das coisas, que atribui a causa dos fenômenos a seu agente o mais aparente, o mais altamente colocado, e que mede a sua importância pela repercussão imediata na consciência do espectador”, expressa uma interessante síntese da História Política Tradicional. A condenação de que a História Política foi alvo, na primeira metade do século XX, relaciona-se com estes aspectos da História Tradicional. As análises superficiais dos eventos históricos, e a

percepção invariável dos líderes, suas ações e repercussões imediatas, lhe valeram uma condenação metodológica, e não sem razão.

Sua elaboração teórica e concepções metodológicas primordiais apenas “arranhavam” as superfícies do historicamente aparente, desconsiderando as populações, as motivações e as forças subalternizadas, que não deixaram de existir pelo fato de não serem observadas por aquela historiografia.

Como resultado imediato - e mais duradouro -, a História Política Tradicional posicionou em campos opostos (e antagônicos), segundo sua própria definição de importância, os líderes (ativos) e as populações (passivas); agentes considerados históricos e agentes considerados como “aistóricos”. As sociedades cuja organização social era marcada pela verticalização do exercício do poder, acabaram sacralizando sujeitos e instituições. A história, nesse sentido, registrava manifestações e decisões individuais, encetando-as como as manifestações (individuais), que guariam o processo histórico. Este conjunto de elementos, é claro, não se arranhou de forma linear, e harmônica. As vozes dissonantes existiam da mesma forma que as vozes hegemônicas. Porém a História Política Tradicional privilegiou, em sua elaboração, os fenômenos e seus agentes mais aparentes, as elites e os líderes, preservando uma memória que historicamente, traduz a importância de cada um dos setores sociais.

## **2. A História Política: da tradição, à renovação**

A relevância do “poder”, dentro da política e, da própria história do político, ao apresentar diferentes formas de manifestação, torna pertinente a questão de Barros (2004, p. 107) que inquiri: “mas que tipo de poder?”. A relevância desta questão está em sua atualidade. As diferentes formas de expressão do poder, e seus diferentes agentes, tornam mister a sua especificação, sobretudo quanto a forma que são delimitados e as fontes são trabalhadas pois, já nesse instante, delineia-se a filiação da produção historiográfica à História Política Tradicional, ou à História Política Renovada. Barros (2004, p. 107) ao ponderar a análise das formas de expressão do poder, enceta que pode “privilegiar desde o estudo do poder estatal até o estudo dos micropoderes que aparecem na vida cotidiana”. Nesse sentido, dá visibilidade ao amplo campo de estudo, cuja origem e manifestação se instalam: o poder institucional, político, pessoal, de classe, etc.

A produção historiográfica tradicional acerca do político remete-nos, em sua gênese, ao século XIX, e as questões referentes aos Estados, e aos nacionalismos, de maneira que se tornam indissociáveis, história e política. Partindo da Europa, a aproximação do exercício

historiográfico, das demandas estatais (nacionalismo), fomentou uma aliança, que ao mesmo tempo em que dava vitalidade à história como ciência, promovia o próprio Estado e seus líderes. É com esse sentido que Diehl (1998, p. 23) expressa “que o discurso histórico articulou-se num quadro mais amplo quando a discussão sobre a questão nacional ocupou uma posição privilegiada. Pode-se afirmar que a disciplinarização configurou-se intimamente com os temas do *nacional*.”. (grifo do autor).

O processo independentista na América, e a construção dos nacionalismos europeus, ao longo do século XIX, lançaram as bases do que viria a ser uma história tradicional da política. Pautada na imagem das Nações, dos Estados e das lideranças, esta historicidade registrou como “história”, as relações de submissão de segmentos sociais (internamente) e de nações (no plano internacional), por determinados lideranças políticas.

### 2.1. A Reabilitação da História Política

A História Política, segundo um novo paradigma, abre à pesquisa histórica um novo horizonte de perspectivas, possibilitado, em grande parte, pelo alargamento de suas fontes e pelo surgimento de novas ciências que, ligadas ou não a política, viabilizam e aprofundam novas análises. Para Barros (2004, p. 107):

Os objetos da História Política são todos aqueles que são atravessados pela noção de “poder”. Nesse sentido, teremos de um lado aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiográfica mais moderna de a partir de 1930, com as últimas décadas do século XX começaram a retornar com um novo sentido.

Longe de ser um fenômeno passageiro, esse novo paradigma da política na história, lança novas bases para a historiografia contemporânea, cujo núcleo passou a ser a sociedade e a participação do exercício do poder, sobretudo político, de novos sujeitos.

A História Política (em sua feição mais tradicional) deixava o cenário historiográfico, sendo conduzida para o “*porão de nossas vergonhas históricas*”, sem chance de defesa do objeto. Segundo Ferreira (1992, p. 265):

Depois de ter desfrutado de um amplo prestígio durante todo o século XIX, a história política entrou em processo de declínio. A fundação da revista *Annales* em 1929 na França e a criação da VI Seção da École Pratique des Hautes Études, tendo como presidente Lucien Febvre, em 1948, iriam dar impulso a um profundo movimento de transformação no campo do conhecimento histórico. Em nome de uma história total, uma geração de historiadores passou a questionar a hegemonia do político e a defender uma nova concepção de história onde o econômico e o social deveriam ocupar lugar fundamental.

A Nova História ao irradiar-se, a partir da França, a outros círculos historiográficos para além da Europa, carregou consigo a bandeira da renovação, onde a História Política, tomada como símbolo de uma tradição arcaica, deveria ser banida. Nesse sentido, a crítica ferina dispensada ao político na história, condenava não apenas o paradigma, mas também o objeto.

Vista como parcial e incapaz de atingir as camadas mais profundas da sociedade e do processo histórico, a História Política passou a ser desacreditada, cedendo seu espaço e antiga glória, às novas abordagens defendidas pela Escola dos Annales. Nesse sentido, ampliaram-se as propostas de modelos históricos que, abordados a partir de novas perspectivas, além de abarcar novos objetos e fontes, promoveria uma “história total”, através da ampliação dos objetos, métodos e sujeitos, levando como um de suas bandeiras, a reparação aos esquecidos da história tradicional.

Contudo, o transcurso do século XX, que viu o conceito “político” na história ser julgado, condenado e sentenciado, vai apresentar razões para a sua reabilitação. Sua emergência nos estudos historiográficos corresponde, segundo Rémond (2003, p. 23) a “[...] ideia de que o político tinha uma consciência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social”, ou seja, a dimensão política da sociedade, não era apenas produto de outras dimensões, como a econômica e a social. Assim, a História Política após um período de flutuação teórica consolidou um novo modelo à História Política, inaugurando novas problematizações e perspectivas.

O estudo da política pela história, através de seu novo paradigma, não pode ser dissociada das transformações sociais (além das intelectuais) que tiveram lugar entre os séculos XIX e XX. Conforme Rémond (2003, p. 19) “as novas orientações da pesquisa histórica estavam em harmonia com o ambiente intelectual e político. O advento da democracia política e social, o movimento operário, a difusão do socialismo dirigiam o olhar para as massas.”. Essas transformações levaram a um processo pelo qual as posições e papéis sociais exercidos pelo indivíduo e pelos grupos, são modificados, apresentando novas funções e novas importâncias, levando a história consigo. Uma nova sociedade veio assim exigir novas abordagens e métodos à suas novas perguntas.

O abandono que atingiu a História Política por si só é um vetor explicativo para a sua retomada. Sendo a dimensão política de uma sociedade parte essencial de seu caráter, o seu abandono levou a história a abrir mão de uma importante faceta da construção sócio-temporal

humana. Como aponta Julliard (1988, p. 181) “não se ganharia nada em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetos a que se aplica.”.

## **2.2. O redimensionamento do olhar historiográfico sobre a política**

A renovação da História Política, ao longo do século XX, acompanhou movimentações e evoluções da própria sociedade, seja no sentido de movimentos sociais, quanto de alteração de paradigmas historiográficos. Conforme Ferreira (1992, p. 266, 267), a retomada dos estudos políticos pode ser compreendida como resultado de dois fatores elucidados anteriormente por René Rémond: “as transformações sociais mais amplas, que propiciaram o retorno do prestígio ao campo político, e a própria dinâmica interna da pesquisa histórica.”. Os eventos políticos, as novas disciplinas e áreas de estudo ligadas diretamente, ou não à política, colaboraram para a volta do olhar da história sobre a política. Como exemplo, Rosanvallon (1995, p. 9) menciona a “[...] história das mentalidades políticas e da sociologia política, [que] inovaram e permitiram renovar a abordagem do político. Uma nova sociedade, detentora de maior consciência sobre si mesma, exigia novas formas de questionamento historiográficos.

Esses fatores endógenos à pesquisa histórica é o meio pelo qual, a história passa a ter à sua disposição, outras disciplinas, com as quais pode firmar diálogo. Para Ferreira (1992, p. 266) “o contato da história com outras disciplinas, como a ciência política, a sociologia, a linguística ou a psicanálise, que abriu novos campos e trouxe novos aportes. A pluridisciplinaridade possibilitou o uso de novos conceitos e técnicas de investigação.”.

Quando Julliard (1976, p. 192) menciona que ‘o setor político, [...] é um daqueles que mais são marcados pela história, um daqueles em que melhor se apreendem as incompatibilidades, as contradições e as tensões inerentes a toda sociedade ’ enceta uma relação de reciprocidade entre a história e a política, razão pela qual, a dimensão política da história se faz tão pertinente. Sendo a história uma representação de um fenômeno (evento), no tempo e no espaço, a história política renovada, e em certo grau, amadurecida, torna-se um ambiente privilegiado para a percepção das tensões internas, pois como se vem percebendo, a história política é a história do poder, dos dominantes e dos dominados.

Associados aos fatores endógenos há os fatores externos à história que igualmente contribuem para a revitalização da política. Para Ferreira (1992, p. 267) “as crises constantes que desregulam os mecanismos das economias liberais e [que] levaram o Estado a intervir [na

economia], ampliando seu raio de ação”, potencializaram a dimensão política da sociedade de maneira que, a história, voltou-se, novamente a ela.

A conjugação destas duas dimensões (política e econômica) pôs frente a frente duas esferas explicativas da história. Nesse sentido, a queda do político e a ascensão do econômico (entre outros) nos sistemas historiográficos no século XX, acabaram retornando à história, quando, segundo Rémond (2003, p. 23) ocorre a “[...] a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado”. Desse modo, a política na história, não estava totalmente abandonada, fator este que veio a facilitar o seu retorno, e que possui ainda, a capacidade de alterar os rumos sociais, econômicos, culturais. O incremento da dimensão política na sociedade contemporânea, além das esferas institucionais, também se refletiu nas ciências.

### **2.3. O indivíduo como agente político da História na obra biográfica**

O descrédito da História Política, frente aos historiadores dos anos 1920 e posteriores, carregou consigo aquele gênero que talvez configure um símbolo da História Política: a biografia. O método historiográfico atribuído a este gênero ao longo do século XIX, XX (ainda que com menos destaque), e ainda hoje, tornaram-na refém da História Política Tradicional e ré do mesmo julgamento. Nesse sentido, Loriga (1998, p. 233) aponta que:

Por oposição a uma concepção positivista da história, baseada no princípio da necessidade, a maioria dos historiadores obstinou-se em valorizar no homem suas capacidades criadoras e seu potencial de ação. Limitaram-se contudo a reivindicar os direitos do homem que faz a história (Maomé, Dante ou Lutero); os outros, o comum dos mortais, deviam contentar-se com um tratamento coletivo. O princípio da individualidade podia aplicar-se a todos os povos e a todas as nações do mundo ocidental, mas não a todas as pessoas.

A biografia histórica que se aproximou da História Política Tradicional, absorveu as mesmas tendências desta. Daí o seu abandono em certo período do século XX. Esta biografia a qual chamaremos de tradicional, seja histórica ou literária, carregava a tendência ao heroísmo e a sacralização, as quais atribuíam aos historiografados qualidades que os aproximavam do serviço ou do Estado, ou ao Sagrado. Contudo, quando observamos que em grande época do século XX, havia uma dura crítica à história que se limitava ao indivíduo, sem perceber que, como aponta Rémond (2003, p. 16) a respeito dos Annales “[...] os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais [...]”, a biografia perde sentido.



Essa construção histórica pautada no indivíduo possuía na segregação histórica da sociedade um grande empecilho à sua manutenção. Em uma realidade cujo coletivo assumia cada vez mais relevância, e as massas tomavam consciência de seu valor social (em diferentes escalas - do indivíduo ao coletivo-), a divisão da humanidade entre “heroicos produtores da história” e “o resto da humanidade”, sem as qualidades dos líderes temporais ou sagrados, se mostrava cada vez mais anacrônica. Como aponta Levilain (1996, p. 169), as multidões influíam nas sociedades modernas, “mas como aglomerados de indivíduos pulverizados, podiam se deixar levar pelo prestígio de condutores [...]”.

É interessante observar que a individualidade, como nome e sobrenome, seria um privilégio de poucos, dentro da biografia tradicional. Os indivíduos anônimos apenas se faziam visíveis, dentro da massa, que ao mesmo tempo em que os tornava visíveis, os deformava até o ponto da anulação.

#### **2.4. A Nova História Política e a Nova Biografia: A ampliação do método e do objeto, segundo a participação política.**

A esterilidade da História Política Tradicional, vista pelos olhos do historiador contemporâneo, é um julgamento que parte de um imaginário atual, mas que se abate sobre uma construção social, política e histórica pretérita. Ao século XIX, as concepções acerca da produção histórica, e das elaborações teóricas e políticas, seguiam tradicionais paradigmas, tanto no sentido de método e objeto histórico, quanto com relação à percepção dos papéis sociais e políticos.

Mas o século XX trouxe em seu bojo, junto aos fatos que nele se desenvolveram (de forma traumática ou não) novas percepções do ser humano. A sociedade humana, o indivíduo busca a compreensão sobre si mesmo e sobre a sociedade em que se inserem em um movimento que acaba por abalar as estruturas sociais segregadoras e por fim, abrindo frestas para o questionamento de modelos até então seguidos de forma dogmática. O século XX ao por em cheque a História Política, procurava combater aquela história individual, o fato momentâneo, e sua repercussão imediata, a prevalência do Estado e sua formação, sobre a historicidade da população, a narração da vida de seus líderes. Loriga (1998, p. 225) refere-se a esse momento como o momento “[...] durante o qual os historiadores se interessavam pelos destinos coletivos [...] trazendo para o primeiro plano os excluídos da memória [...]”.

Neste espaço, o surgimento de novos paradigmas sociais, políticos e históricos, onde se destaca a busca pelo entendimento da sociedade, marcou-se o abandono da História

Política. Esta era, pois, o substrato onde se firmava aquela história elitista, onde a biografia de um indivíduo seria o vetor pelo qual a história percorria, e os povos se guiavam.

Contudo, o abandono da História Política não pôs fim às dificuldades de método de análise social, uma vez que o aspecto político é relevante nesse processo e difunde-se por diversos aspectos sociais. Em termos históricos e políticos, o que se observou foi a ampliação da participação popular na política, e o surgimento de novas ciências, voltadas ao desenvolvimento da reflexão política. Nesse cenário onde a dimensão política da sociedade se amplia, com novos agentes participantes e novas fontes de pesquisa, abriu-se um vácuo metodológico que exigiria um viés político para ser expresso.

À História Política tradicional, acreditamos corresponder uma série de metáforas que definem o papel daqueles que governam e o papel daqueles que são governados. Estas metáforas, descritas por Bobbio (1992, p. 116, 117) apontam para a política de forma alegórica, em sua elaboração moderna<sup>2</sup>, e que em certa medida, explica a mentalidade predominante no século XIX, XX e que ainda causam constrangimentos à história. Dessa forma temos que:

[...] Se o governante é o pai (a figuração do Estado como uma família ampliada, e, portanto, do soberano como pai do seu povo, é uma das mais comuns em toda a literatura política, antiga e moderna), os súditos são comparados aos filhos que devem obedecer às ordens do pai, porque ainda não alcançaram a idade da razão e não podem regular por si mesmo suas ações.

Por esta construção, é ressaltada uma condição da elaboração teórica do poder que, indubitavelmente, deu sustento à História Política Tradicional. A ênfase dada a expressão povo (massa indistinta e aistórica) como incapazes de guiar-se por suas próprias consciências, retirando-lhes até mesmo a autonomia de seus atos (que são tomados como reflexos da condução do estado) quando transportada para a Historiografia, é convertida em uma história elitista. Nesta condição, apenas os grandes homens fazem a História.

A mudança de regime político (da Monarquia para a República), não é, e não foi sinônimo de transformações paradigmáticas à sociedade e à historiografia. O tratamento “tradicional” dispensado a ambos tende a ser mantido. Segundo Rémond (2003, p. 15):

As revoluções que derrubaram os regimes monárquicos não destruíram a história política de sua posição preeminente, apenas mudaram seu objeto. Em vez de fixar-se na pessoa do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a nação, consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais, às lutas por sua unidade ou emancipação, às revoluções políticas, ao advento da democracia, às lutas partidárias, aos confrontos entre as ideologias políticas.

Nesse sentido, evidencia-se que as forças de transformação da História Política, não repousavam dentro do regime político, ou seja, a mudança de regime político não soluciona problemas alheios a ele. Não há distinções entre uma história política que constrói uma história pautada na vida e obra de monarcas, ou que trata da formação de um Estado. Isso, pois, a população permanece anônima aos olhos dos historiadores. As concepções paternalistas da política, que são expressas tanto social quanto historiograficamente, como é apontada por Bobbio (1992, p.116), é “a mais difícil de morrer”, fazendo-se, pois, ainda presente, na política e na história contemporâneas.

Contudo, esta percepção vem dando sinais de esgotamento, ao dar espaço a discussão de novos paradigmas à sociedade e à política. Nesse sentido, a massa social (agora expressando as feições e as consciências individuais) vem assumindo maior consciência e com isso, maior responsabilidade nos processos políticos e no exercício do poder, no Estado Moderno.

Estes novos paradigmas, entre os quais a História Política renovada insere-se, possuem na emergência das individualidades da massa, a sua nova fonte de força de transformação histórica. Investidos de uma potencial condição de intervenção política, passam a atuar verdadeiramente nos cenários do poder, tanto da política, quanto da história. Esse fenômeno de ampliação dos agentes promotores da política associa-se ao fenômeno de ampliação das noções políticas junto às populações que gradativamente, vão abandonando a passividade. É com esse sentido que procuramos Bobbio (1992, p. 119) que expressa que:

Da concepção individualista da sociedade, nasce a democracia moderna [...] como o poder dos indivíduos tomados um a um, de todos os indivíduos que compõem uma sociedade regida por algumas regras essenciais, entre as quais uma fundamental, a que atribui a cada um, do mesmo modo como a todos os outros, o direito de participar livremente na tomada de decisões coletivas. Ou seja, das decisões que obrigam toda a sociedade.

Dentro desta perspectiva, a história inseriu, e vem inserindo seu momento de ruptura no que tange sua história do político. Aos indivíduos, quando lhes recai o mesmo compromisso de exercício político, que no passado coube aos líderes, há uma transformação radical de sua posição social e, portanto, em sua função histórica. É através do exercício político que os indivíduos, além dos líderes, podem finalmente serem percebidos pelo âmbito do político, e na produção historiográfica.

Nesse processo, os conceitos de povo, e de massa social, tendem a serem mitigadas, em favor de outros conceitos, como o de cidadão. A cidadania, condição do indivíduo socialmente envolvido e atuante, é uma situação que implica em participação política que por

sua vez, implica na descentralização do poder e na maior relevância dos demais setores sociais, no exercício político. Por isso que Bobbio (1992, p. 119) ressalta que “a democracia moderna repousa na soberania não do povo, mas dos cidadãos. O povo é uma abstração, que foi frequentemente utilizada para encobrir realidades muito diversas.”. O povo é a massa visível, mas nula, enquanto que o cidadão é o indivíduo ativo, e por isso, visível.

É interessante observar que, historicamente, a submissão de populações diversas sob um poder político centralizador (como os impérios), impunha sua vontade sobre diferentes grupos humanos. Destes, só se cobrava a obediência, sem levar em consideração, suas aspirações. Nesta construção social e histórica, a passividade produzida pelos sistemas de coerção abria espaço para uma produção historiográfica relacionada aos predicados do governo e de seus líderes, como condutores do povo e da história.

A relevância da conversão do povo (massa sem forma, sem identidade e sem importância na perspectiva da burocracia estatal, e da história tradicional) em cidadãos, é uma constante necessária para a superação do antigo arquétipo de exercício político e historicidade do político. Santin (2007, p. 76) dá uma visão geral da importância desse processo quando deixa claro que são os cidadãos os únicos capazes da “inauguração de um novo modelo de gestão pública, fundado na emancipação de uma nova cidadania, na emergência de uma sociedade civil organizada e atuante, ao lado do Poder Público, capaz de controlar a gestão pública.”.

É evidente que a participação cidadã na política exige a pulverização de esferas de decisão, entre as partes envolvidas. Não se busca a extinção dos representantes, mas sim se exige à consolidação de uma sociedade democrática, a participação do cidadão, visto que a história já tem as mesmas condições de acesso a estes novos sujeitos da história política.

Desse modo, o exercício do poder político deve ser um dos alvos da reflexão da sociedade, enquanto a sua representação historiográfica deve ser uma preocupação dos historiadores. Afinal, o desenrolar da Nova e da Velha História, em sua dimensão política, depende de uma questão de método. Já a construção teórica de uma sociedade, e a percepção que constrói sobre si depende de muitos, inclusive da história.

### Notas:

<sup>1</sup> Tradução nossa.

<sup>2</sup> Bobbio (1992, p. 116) descreve três metáforas para exemplificar a figuração do poder político, explicitando, além da relação entre soberano e súditos, que: “Se o governante é o pastor (que se recorde a polemica entre Sócrates e Trasímaco sobre o tema)|, os governados são o rebanho (a oposição entre a moral dos senhores e a moral do rebanho chega até Nietzsche); se o governante é o timoneiro, ou *gubernator*, o povo é a chusma que

deve obedecer, e que, quando não obedece e se rebela, acreditando poder dispensar a experiente direção do comandante (como se lê numa passagem de A república de Patão), faz com que a nave vá necessariamente a pique”.

### Referências Bibliográficas:

BARROS, José D’Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens.** - Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** – Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930.** Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova Velha História: o retorno da História Política.** In Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.

JULLIARD, Jacques. **A política.** In LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre(orgs.). História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 180-196

LEVILLAIN, Philippe. **Os protagonistas: da biografia.** In RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996, p. 141-184

LORIGA, Sabina. **A biografia como problema.** In REVEL, Jacques (org) Jogos de escala. A experiência em microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.225-250

RÉMOND, René. **Uma História Presente.** In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político.** Rev. Brasileira de História. São Paulo, vol. 15, nº 30, 1995.

SANSÓN, Tomás. **La construccional de la nacionalidade oriental: estúdios de história colonial.** Universidad de la República. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Montevideo, 2006.

SANTIN, Janaína Rigo. **O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal.** Revista de Estudos Jurídicos (Unisinos). V. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 72-78.